

Voto para o DF deve ser rejeitado pela sétima vez

JORNAL DE BRASILIA

Iara Alencar

A proposta de emenda constitucional do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) que, entre outras medidas, cria a representação política para o Distrito Federal, deverá ser também arquivada até o final deste mês, apesar da intensa mobilização que vem sendo feita para a sua votação no próximo dia 26. Esta é a sétima proposição apresentada nesta Legislatura com vistas a dar ao brasiliense o direito de escolher seus representantes e, como as suas congêneres, acabará tendo o mesmo destino.

Iniciativas iguais nos últimos quatro anos tiveram os senadores peemedebistas Itamar Franco (MG) e Henrique Santillo (GO), como também os deputados Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), José Frejat (PDT-RJ) e Alceu Collares (PDT-RS). Para todos estes, o fracasso das suas propostas deve ser creditado ao descaso e subserviência das lideranças do governo no Congresso, detentoras do poder de convocar sua bancada majoritária a dar o quórum mínimo para votação da matéria: 211 deputados e 34 senadores. Alegam que, juntos, todos os partidos de oposição somam apenas 199 deputados, contra os atuais 221 da bancada governista.

A liderança do PDS, na Câmara, contudo, há muito desafia as oposições a colocarem em plenário todos os seus parlamentares, o que até hoje não se conseguiu quando a matéria a ser votada trata-se de representação política para o Distrito Federal. No fundo, reconhecem os parlamentares tanto de oposição como do governo que essa mobilização seria inócua. A posição do Palácio do Planalto, como sempre frisam os dirigentes pedessistas no Congresso, é de que o «assunto precisa ser melhor discutido», ou, como diz o líder Cantídio Sampaio (SP), «é preciso preservar Brasília como centro de Poder e das decisões políticas do país».

SITUAÇÃO

Para dirigentes de todos os partidos de oposição, o «Centro Político» de Brasília é o seu Plano Piloto e este abriga pouco mais de 30 por cento da população do Distrito Federal, quando as suas cidades-satélites, localizadas a alguns quilômetros de distância, contam com cerca de 70 por cento da população. Lembram, ainda, que uma cidade que tem hoje um milhão e 500 mil habitantes (e cerca de 500 mil eleitores que não exercem o seu direito de voto) vem crescendo a 8,13 por cento ao ano, a segunda em expansão demográfica do país, pelo último censo do IBGE. (Brasília só foi superada por Rondônia, que cresceu 15,1 por cento no boom da corrente migratória). Se essa população continuar com esse nível de crescimento — e tudo indica que nos Planos de Desenvolvimento para a região, os PEGEBR conveniados com a Seplan, não vêm surtindo os efeitos esperados — Brasília chegará nos próximos oito anos a três milhões de habitantes, «sem nenhum canal de participação política».

Essa alta densidade demográfica, reconhece até ministros do Tribunal Superior Eleitoral, é o que mais compromete a preservação da cidade com centro de Poder. E este é um assunto, admitem, que não será solucionado enquanto a população brasiliense — e, a nível mais geral, os habitantes da sua região geoeconômica (mais de 100 municípios de Goiás e Minas Gerais) — não puderem influir de alguma forma na aplicação das «gordas» verbas destinadas à cidade e a seu eixo de influência.

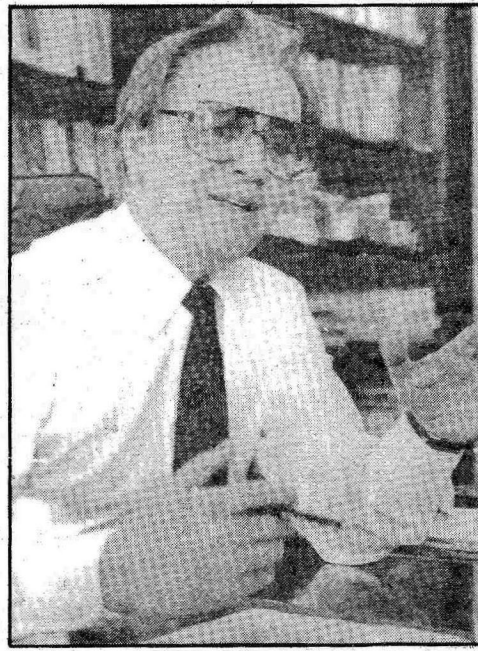
Segundo alguns governistas, essa é uma reivindicação que, para ser atendida, Brasília precisaria, primeiramente, de emancipar-se economicamente do Estado. A grande maioria dos oposicionistas, contudo, acredita que a via política ainda é a melhor saída para os problemas que hoje enfrentam os moradores de Brasília e da sua periferia. «Uma saída política para todos os problemas que enfrenta o país», é o que defendem os dirigentes de partidos de oposição no Congresso.

PROPOSIÇÃO

O deputado Maurício Fruet não tinha outra senão a idéia de encontrar uma «saída política» para algumas das questões encampadas pelo seu partido e penderes de solução. A sua proposta de emenda constitucional que cria a representação política para Brasília vai mais além: preten-



Arquivo / Luis Antônio



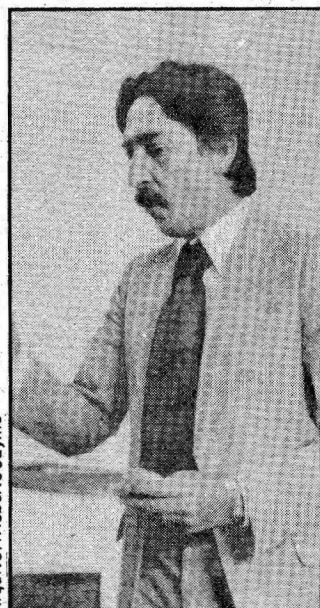
Fruet e Itamar: à espera de uma mobilização maior para aprovar a emenda...



Arquivo / Roberto Jayme



Arquivo / Roberto Jayme



... semelhante as já apresentadas por Collares, Santillo e Cafeteira

de restaurar, em toda a sua plenitude, «os princípios de democracia representativa», com a volta das eleições para prefeitos e vice-prefeitos nos municípios das capitais dos Estados, das estâncias hidrominerais e dos que forem considerados de interesse da Segurança Nacional.

A amplitude da sua proposta de emenda constitucional, entendem alguns dos seus próprios colegas, tornou-a inócua. «Se o governo sequer se dispõe a discutir esses assuntos agora, em separado, como admitir que o Planalto acataria tudo de uma vez»? Questiona um expressivo parlamentar da bancada peemedebista no Congresso. Ele acredita, assim como os seus demais colegas, que a emenda Fruet tem o objetivo apenas de «aquecer» o debate político num Congresso vazio, que está vivendo em recesso branco, dada a proximidade das eleições.

Além do mais, ressaltam os oposicionistas que partidos políticos, como o PMDB, não podem discutir a redemocratização do país sem passar pelo restabelecimento das eleições nas capitais, áreas de Segurança Nacional e no Distrito Federal.

Foi com essa intenção, salientaram, que o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal (CONAM) trabalhou para que o deputado Maurício Fruet apresentasse ainda este ano a sua proposta de emenda à Constituição nº 83, a ser votada dia 26 deste mês, quando o prazo para a sua tramitação expira quatro dias depois. Não sendo votada até essa data (dia 30) a emenda será arquivada, podendo o seu autor representá-la, como os demais autores de matéria equivalente, na próxima legislatura.

REPRESENTAÇÃO

Pela emenda Fruet, a representação popular no Distrito Federal seria constituída de deputados e senadores, assim como uma Assembleia Legislativa local, «órgão indispensável ao convívio democrático e à defesa

dos interesses da população da capital da República». Salienta o parlamentar paraense que no regime da Constituição Federal de 1946, o Distrito Federal dispunha de uma Câmara, com funções legislativa (art. 26) que foi mantida quando de sua mudança para Brasília, na forma da Lei nº 3.751/60.

Essas colocações, dentre outras, ele deverá fazer no grande ato público pela representação política no Distrito Federal e pelas eleições nos municípios hoje sem autonomia; que presidentes locais de todas as seccionais partidárias deverão realizar na cidade-satélite do Gama, no próximo dia 23. O movimento pela representação política do Distrito Federal, apesar de não ser bem visto pelo governo, conta também com o apoio do presidente do diretório do PDS local, o empresário Newton Rossi. A frente das grandes mobilizações, entretanto, estão os presidentes dos diretórios locais do PMDB, Maerle Ferreira, do PT, o jornalista Hélio Doyle e do PDT, o ex-líder trabalhista Alvaro Paim.

Eles prometem arregimentar um grande número de pessoas para comparecer no plenário da Câmara no dia da votação da matéria. Caso não consigam reunir os 211 deputados e 34 senadores — o que é dado como certo — pelos menos mais uma vez terão oportunidade de tentar sensibilizar as hostes governistas para problemas que, como frisaram, só serão resolvidos pela via política.

Para engrossar o coro de vozes quase sempre «bem ouvidas» em vésperas de eleição, até o deputado Erasmo Dias (PDS-SP) já se dispôs a trazer uma caravana de Santos (SP). Ele não pretende, naturalmente, votar pela representação política no Distrito Federal, mas fazer com que o presidente Figueiredo se lembre da promessa que ele fez à população de Santos de emancipar politicamente a cidade, tida como área de Segurança Nacional.